

Mercado de Trabalho e Subsídio de Desemprego

Mário Centeno
Banco de Portugal

Repensar a Segurança Social

Lisboa, 2 de julho de 2013

A Segurança Social...

- (i) proteção social;
- (ii) solidariedade;
- (iii) ação social.

Um contrato

- (i) entre o trabalhador e a sociedade;
- (ii) financiado através das relações laborais;
- (iii) com a intermediação das empresas.

Uma instituição inclusiva: a preservar.

... e o Mercado de Trabalho

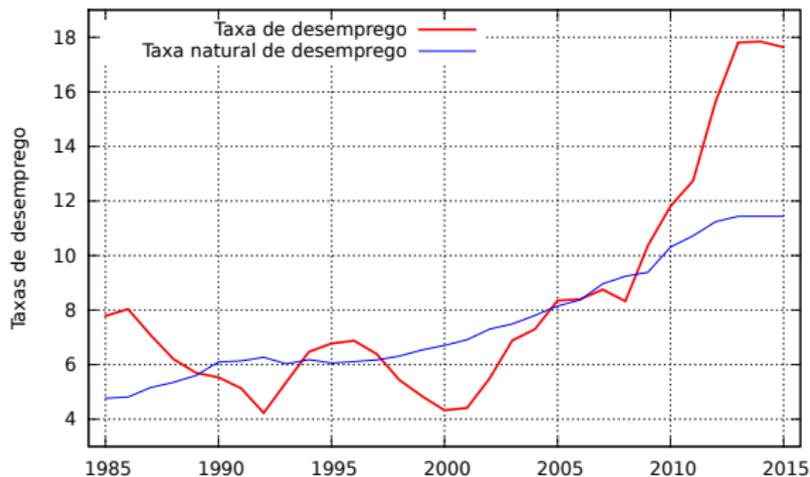
- (i) desemprego elevado (e estrutural);
- (ii) flexibilidade salarial;
- (iii) elevada rotação de trabalhadores;
- (iv) elevada desigualdade.

Não há necessidade de mais desafios: mas por vezes procuram-se

- (i) dualidade/segmentação;
- (ii) baixos níveis de qualificações;
- (iii) instituições ineficientes, muitas vezes extrativas.

Desemprego Estrutural

Desemprego: Aumento? De forma estrutural.



Desemprego em subida... No 1º trimestre: 17,8% (quase 5× o valor mais baixo).

O desemprego estrutural aumentou desde final da década de 90. Após um período em que se manteve próximo dos **6%**, mais do que duplicou.

A proteção

Social

- (i) provisão pública vs.;
- (ii) benefícios obrigatórios vs.;
- (iii) nenhuma ação.

e no Desemprego

- (i) o subsídio de desemprego;
- (ii) um seguro;
- (iii) o seu financiamento.

A economia da Segurança Social

Os benefícios: valorizados pelos trabalhadores e pela sociedade?

A racionalidade económica dos benefícios públicos/universais. Exemplo: a maternidade.

O financiamento: a Taxa Social Única

Quotização paga por trabalhadores e contribuição paga por empresas.

A relação económica entre benefício e financiamento é crucial.

Uma taxa não é um imposto. Porquê?

Porque uma taxa existe com uma determinada contrapartida: neste caso, o acesso universal a bens e serviços.

Exemplos: pensões, apoio na doença, maternidade, subsídio de desemprego

Noutros casos os governos impõem que as empresas garantam determinados benefícios: por exemplo as regras de higiene e segurança no trabalho.

A economia política da Segurança Social

Temos duas visões polarizadas a respeito da provisão de benefícios

- **A visão de esquerda:** provisão pública; benefícios obrigatórios; nenhum atuação
- **A visão de direita:** nenhum atuação; benefícios obrigatórios; provisão pública

Em qualquer contexto económico e político a questão mais relevante é:

Como tornar a Segurança Social pública menos distorcionária?

- Não tratar o seu financiamento como um imposto
- Considerar os seus benefícios, financiados através dos salários, como se fossem benefícios obrigatórios, que as empresas poderiam oferecer mesmo sem provisão pública

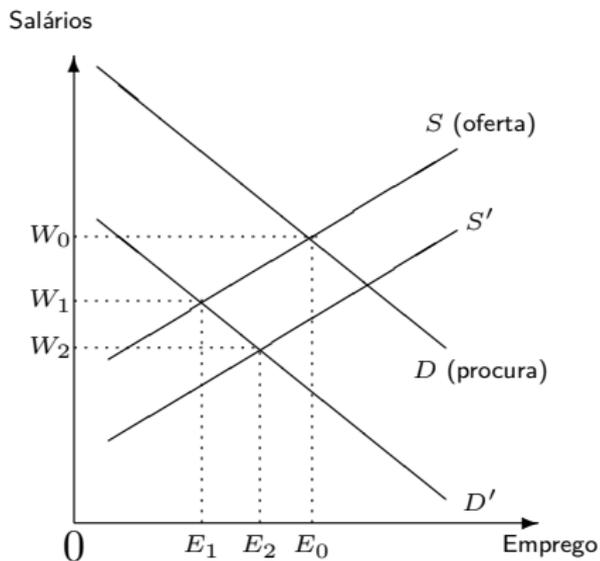
E deixamos as prestações não contributivas para o sistema de impostos. Onde é feita a redistribuição do rendimento.

Quando não existe uma **relação muito próxima** entre o financiamento e o benefício – o que é comum com alguns programas públicos – podem resultar grandes distorções.

Um imposto desloca **apenas** a curva da procura de trabalho.

Mas quando tratamos as prestações da Segurança Social como se fossem benefícios obrigatórios fazemos deslocar **também** a curva da oferta.

Um pouco de *economics* - Ec10



Devemos tornar as coberturas da Segurança Social optativas?
Dando mais opções a trabalhadores e empresas?

A resposta é quase sempre **sim**, se quisermos minimizar as distorções sobre a atividade económica.

Quer isto dizer que devemos privatizar a Segurança Social?

A resposta é **não**. Porque mesmo em prestações contributivas há uma dimensão de redistribuição.

Só que devemos introduzir racionalidade económica na Seg. Social. E isso significa que o financiamento das prestações contributivas não deveria ser tratado como um imposto.

Este simples raciocínio económico deveria guiar-nos quando **repensamos** a Segurança Social.

E deveria ser, também, suficiente para **não esquecer** a importância do mercado de trabalho.

Dois exemplos:

- A redução da TSU sem alteração dos benefícios
- O apoio no desemprego

A TSU ou a **Segurança Social financiada com impostos?**

Uma redução da TSU financiada com aumento do IVA é um subsídio às empresas financiado com impostos sobre o consumo.

Principal consequência: afasta o financiamento do benefício.

Temos um problema com o custo do trabalho? Atuemos de **forma estrutural** para o resolver.

O apoio no desemprego

- como um subsídio financiado com um imposto?
- como um seguro/um contrato:
 - para o trabalhador, uma **conta individual**
 - para a empresa, um sistema de ***experience rating***
 - para a economia, um verdadeiro **estabilizador automático**, com uma dimensão de solidariedade

As propostas que possam tornar mais eficiente o seguro de desemprego têm uma ideia geral: alinhar incentivos...

Dos trabalhadores: menos tempo desempregado, melhores empregos após desemprego

- **maior generosidade** financeira
- **menor período** de atribuição
- conta individual, com **componente de solidariedade**

Das empresas: menos custos sobre o sistema de segurança social

- taxa de **contribuição aumenta** com a utilização do sistema
- criar incentivos à **reputação** da empresa

A segurança dos trabalhadores: quais as necessidades, como atuar?

O exemplo dos trabalhadores independentes.

Trabalhadores (falsos) independentes: as boas intenções

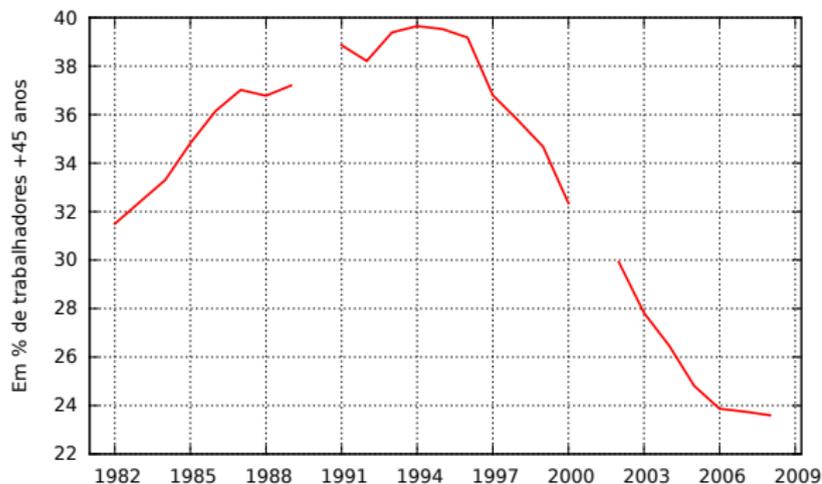
- Sempre representaram um **larga fração do emprego**.
 - Em 1998, representavam **27% do emprego total**
 - Tinham um comportamento **pró-cíclico**
- Entre 2005 e 2011, a **carga fiscal** aumentou de forma substancial:
 - Em 2011, já só representam **19%** do emprego total
 - Segurança Social: em 2004, **420 mil**; em 2012, **metade**
 - Das saídas entre 2009 e 2012, apenas **20%** desses trabalhadores conseguiram um emprego assalariado

A política de pôr termo aos falsos independentes, pôs fim ao emprego.

A segurança dos trabalhadores: Estabilidade no emprego e subsídio de desemprego

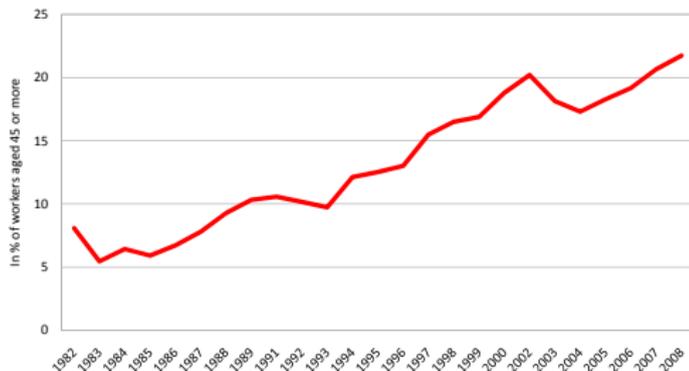
Ao repensar a Segurança Social devemos ter presente as necessidades da economia: alguns indicadores

Emprego para a vida? Percentagem de trabalhadores com 45 ou + anos e com 20 ou + anos de antiguidade



O “emprego para a vida” está **em regressão**. É bom ou mau? Não há evidência conclusiva. Mas, a crescente % de **contratos a prazo adia** as relações laborais duradouras; **interferência ineficiente** da legislação na formação dos pares trabalhador-empresa.

Mas, os novos empregos ganham terreno! Trab. 45 ou + anos e menos de 2 anos de antiguidade

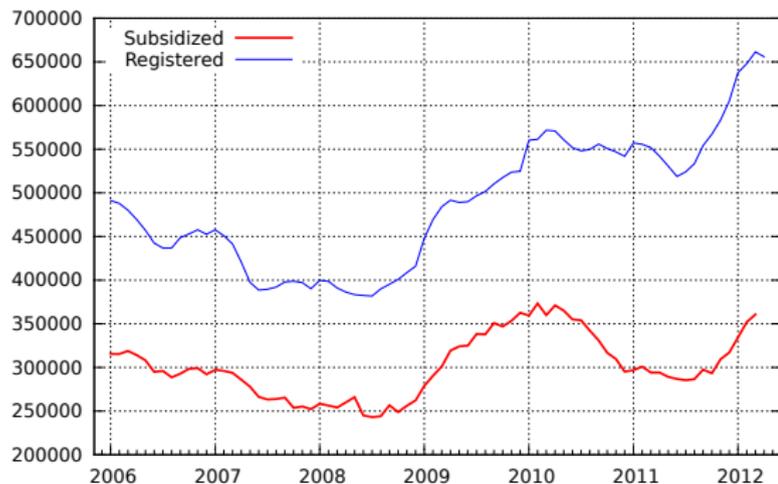


“Novos empregos” estão em **expansão**.

O mercado está em ajustamento.

À custa dos salários e dos mercados internos de trabalho e dos contratos implícitos.

Desemprego registado e cobertura do sistema de subsídios



Cobertura dos desempregados registados: **queda para 54%** de $\frac{2}{3}$.

Inquérito ao Emprego: **Apenas $\frac{1}{3}$** dos desempregados (\neq registados) recebe subsídio de desemprego.

Transições trimestrais entre emprego e não emprego

Segurança Social, 2012	
Fluxos	em % do emprego
E → NE	5.3
E → Subsídio Desemprego	1.4
E → Outros destinos	3.9

Fonte: Segurança Social, 2012. Fluxos trimestrais entre emprego e não-emprego, identificando as transições para subsídio de desemprego e para outros destinos. Os fluxos são calculados como percentagem do total de assalariados no início do trimestre.

- (i) Em cada trimestre 5.3% dos trabalhadores fica sem emprego;
- (ii) Destes, **apenas 26%** se encontra a receber subsídio de desemprego no início do trimestre seguinte.

Conclusões

Impostos:

***Volvo* e impostos não nos vão tornar suecos**

Em 2010, **2/3 dos IRS foi pago por 15%** dos alojamentos.

É bom recordar que apenas 14.5% dos trabalhadores do sector privado têm um grau universitário. Ou seja esta situação é um **imposto à educação**; enquanto os outros países a subsidiam, Portugal cobre-a com impostos.

O **nível de fiscalidade** tem que ser uma função do nível de **desenvolvimento económico (e social)**.

Segmentação: um mercado de trabalho dividido

A **regulamentação do mercado de trabalho** impõe custos à Segurança Social, a que esta não está capacitada para responder.

- A **rotação** concentrada nalguns segmentos desprotege-os;
- O **custo salarial** desta proteção e de todas as ineficiências (justiça, falta de concorrência ...) gera fenómenos de ***working poor*** que são um paradoxo numa sociedade moderna;
- O sistema de **formação** e de **seguro de desemprego** não é eficaz.

O **novo contrato social** deve ser apresentado como um todo. As reformas que são discutidas de forma parcial **não inspiram um grau de confiança** suficiente nos parceiros sociais.

1. **Segurança social:** financiar através de taxas ou de benefícios obrigatórios
2. **Seguro de desemprego:** Financiamento e incentivos
 - Empresas: internalização dos custos de despedimento;
 - Trabalhadores: contas individuais.
3. **Políticas ativas de emprego:** devem ser parte do desenho do sistema

Obrigado

Repensar a Segurança Social

Lisboa, 2 de julho de 2013